

Coleção

PRÁTICA e ESTRATÉGIA

GILBERTO GOMES BRUSCHI

MÔNICA BONETTI COUTO



RECURSOS CÍVEIS

Prefácio

EDUARDO ARRUDA ALVIM

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial

Coordenação

IVÊ A. M. LOUREIRO GOMES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Leonardo Rocha

Capa: Brenno Stolagii Teixeira

Adaptação da Capa: Linotec

Projeto gráfico e Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

1142377

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bruschi, Gilberto Gomes

Recursos cíveis / Gilberto Gomes Bruschi e Mônica Bonetti Couto. –
São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

ISBN: 978-85-5321-324-5

1. Processo civil - Brasil 2. Recursos (Direito) – Brasil 3. Recursos cíveis
– Brasil I. Couto, Mônica Bonetti. II. Título.

19-23689

CDU-347.955(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Recursos cíveis : Direito processual civil
347.955(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Sumário

Prefácio	7
Introdução	11
SEÇÃO 1 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS	
Parte 1 – Noções introdutórias sobre recursos no processo civil	21
1.1. Conceito e finalidade do recurso	21
1.2. Natureza jurídica	32
1.3. Recursos <i>versus</i> ações impugnativas autônomas.....	34
1.4. Recursos <i>versus</i> sucedâneos recursais: pedido de reconsideração e remessa necessária. 36	
1.5. Pronunciamentos judiciais sujeitos a recursos.....	42
Parte 2 – Princípios fundamentais atinentes aos recursos.....	55
2.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	55
2.2. Princípio da taxatividade.....	57
2.3. Princípio da correspondência.....	58
2.4. Princípio da fungibilidade.....	58
2.5. Princípio da voluntariedade.....	61
2.6. Princípio da unirrecorribilidade (ou singularidade).....	62
2.7. Princípio da proibição da reforma para pior (<i>reformatio in pejus</i>).....	63
2.8. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	64
2.9. Princípio da colegialidade das decisões.....	65
2.10. Princípio da sanabilidade ou da superação de vícios/complementaridade.....	68

Parte 3 – Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	91
3.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	91
3.2. Requisitos genéricos de admissibilidade.....	96
3.2.1. Requisitos intrínsecos de admissibilidade.....	98
3.2.1.1. Cabimento.....	98
3.2.1.2. Legitimidade recursal.....	104
3.2.1.3. Interesse.....	113
3.2.2. Requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos.....	116
3.2.2.1. Tempestividade.....	116
3.2.2.1.1. A republicação da decisão.....	121
3.2.2.1.2. O problema dos feriados locais e sua comprovação na fase recursal.....	124
3.2.2.2. Regularidade formal.....	129
3.2.2.3. Preparo.....	132
3.2.2.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito (ou poder) de recorrer.....	137
3.3. A repercussão geral nos recursos extraordinários.....	141
3.4. Requisito da arguição de relevância para o recurso especial.....	147
3.5. Majoração de honorários em sede recursal.....	149
Parte 4 – As “nulidades sanáveis” e a prática de atos processuais pelo tribunal (art. 938, §§ 1º a 4º, do CPC).....	157
4.1. Teoria geral das nulidades processuais.....	157
4.1.1. Os atos processuais.....	157
4.1.2. A forma dos atos processuais.....	160
4.1.2.1. A instrumentalidade das formas.....	161
4.1.3. Os defeitos dos atos processuais.....	164
4.1.4. A sanção dos vícios dos atos processuais.....	166
4.2. O real alcance da norma.....	172
4.3. O procedimento no tribunal.....	175
4.3.1. Apelação.....	175
4.3.2. Aplicação em outros recursos.....	177
4.4. Proposta de sistematização das hipóteses de incidência.....	179
4.5. Algumas hipóteses de inaplicabilidade da norma.....	193
Parte 5 – Recurso por adesão (ou subordinado).....	211
5.1. Conceito e fundamento da adesão.....	211
5.2. Objeto.....	216
5.3. Regras relativas à admissibilidade.....	218
5.4. Procedimento e julgamento.....	227

Sumário	15
5.5. O recurso adesivo condicional.....	231
Parte 6 – Efeitos dos recursos	237
6.1. Efeito obstativo ou impeditivo	237
6.2. Efeito devolutivo	240
6.2.1. A apelação parcial e os capítulos da sentença.....	243
6.2.2. A não observância do princípio da congruência entre o pedido e a sentença.....	249
6.3. Efeito translativo	257
6.4. Efeito suspensivo.....	263
6.4.1. Os incisos do § 1º do art. 1.012 e a exceção ao efeito suspensivo ao recurso de apelação.....	265
6.4.1.1. Sentença homologatória de divisão ou de demarcação.....	267
6.4.1.2. Sentença condenatória à prestação de alimentos.....	267
6.4.1.3. Sentença que extingue sem resolução de mérito ou julga improcedentes os embargos do executado.....	268
6.4.1.4. Sentença de procedência de pedido de instituição de arbitragem	269
6.4.1.5. Sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória.....	271
6.4.1.6. Sentença que decreta interdição	272
6.4.1.7. A obtenção do efeito suspensivo nas hipóteses em que a lei prevê o recebimento da apelação apenas no devolutivo.....	273
6.4.1.7.1. Procedimento	274
6.5. Efeito expansivo	285
6.6. Efeito substitutivo	289
Parte 7 – Procedimento dos recursos nos Tribunais.....	295
7.1. Uniformidade da jurisprudência e os precedentes	296
7.1.1. Distribuição e registro dos recursos.....	303
7.2. Atribuições do relator	306
7.3. Do julgamento colegiado.....	313
7.4. Do julgamento estendido (art. 942).....	320
SEÇÃO 2 – RECURSOS EM ESPÉCIE	
Parte 1 – Apelação	329
1.1. Cabimento.....	330
1.2. Requisitos de admissibilidade e processamento	334
1.3. Juízo de retratação	342
1.4. Efeitos.....	345
1.5. Teoria da causa madura.....	352

1.5.1.	A aplicação no julgamento do mérito da causa diretamente pelo tribunal, afastando a sentença terminativa.....	353
1.5.2.	O princípio da congruência entre o pedido e a sentença, os vícios decorrentes de sua não observância e o saneamento de tais vícios.....	354
1.5.2.1.	Princípio da congruência entre o pedido e a sentença.....	355
1.5.2.2.	Os vícios decorrentes da não observância do princípio da congruência.....	359
1.5.2.3.	Vício de incongruência e a aplicação do § 3º do art. 1.013 do CPC....	367
1.5.3.	A sentença sem fundamento e aquela que reconheceu a prescrição ou a decadência.....	379
Parte 2 – Agravo de instrumento		389
2.1.	O agravo de instrumento no CPC/2015.....	391
2.1.1.	Procedimento.....	391
2.1.1.1.	Interposição.....	391
2.1.1.2.	Peças para a formação do instrumento.....	392
2.1.1.3.	Preparo.....	395
2.1.1.4.	Comunicação ao juízo <i>a quo</i> e a possibilidade de retratação.....	396
2.2.	Processamento nos tribunais.....	405
2.2.1.	Distribuição do agravo e providências do relator.....	405
2.2.2.	Resposta do agravado.....	410
2.2.3.	Julgamento do agravo.....	411
2.3.	O efeito suspensivo e a tutela antecipada recursal.....	414
2.3.1.	O efeito suspensivo e o agravo de instrumento.....	414
2.3.2.	O efeito ativo ou tutela antecipada recursal.....	415
2.4.	Cabimento do agravo de instrumento.....	422
2.4.1.	Rol do art. 1.015 do CPC – Hipóteses expressamente previstas.....	422
2.4.2.	Discussão sobre o rol das hipóteses de cabimento.....	467
2.4.2.1.	Rol taxativo.....	467
2.4.2.1.1.	As consequências práticas do entendimento pela taxatividade.....	469
2.4.2.2.	Outras posições doutrinárias possíveis em relação ao rol de cabimento previsto no art. 1.015 do CPC.....	499
2.4.2.2.1.	Rol exemplificativo.....	500
2.4.2.2.2.	Interpretação extensiva ao rol taxativo.....	501
2.4.2.2.3.	“Taxatividade mitigada”.....	511
2.5.	O direito intertemporal e o agravo de instrumento.....	516
Parte 3 – Agravo interno		523

Parte 4 – Embargos de Declaração	561
4.1. Natureza e cabimento	561
4.1.1. Os embargos e o problema da fundamentação das decisões judiciais	564
4.1.2. Violação ao princípio da congruência e o cabimento dos embargos de declaração: o problema das sentenças <i>citra</i> ou <i>infra petita</i>	567
4.1.3. Os embargos e o acesso às instâncias extraordinárias: prequestionamento	569
4.2. Os efeitos infringentes	578
4.3. Prazo, regras de interposição e procedimento	585
4.4. Efeitos da interposição (tempestiva) dos embargos	593
4.4.1. Efeito interruptivo (do prazo dos demais recursos)	594
4.4.2. Efeito suspensivo	598
4.4.3. Efeito devolutivo	603
4.4.4. Efeito substitutivo	607
4.4.5. O problema do efeito interruptivo e os embargos intempestivos	608
4.5. Os embargos (manifestamente) protelatórios	610
Parte 5 – Recurso Ordinário Constitucional	617
5.1. Cabimento	617
5.2. Requisitos de admissibilidade	618
5.3. Prazo e regras relativas ao procedimento	620
5.3.1. Processo em condições de imediato julgamento	621
5.3.2. Voto vencido e julgamento ampliado	621
5.4. Efeitos	622
Parte 6 – Recursos Excepcionais	629
6.1. Teoria geral dos recursos excepcionais	629
6.1.1. O enquadramento dos recursos especial e extraordinário na categoria dos <i>recursos excepcionais</i> ou <i>extraordinários lato sensu</i> : importância da distinção e consequências de relevo	629
6.1.2. Relevante consequência: traços característicos que representam pressupostos especiais de cabimento dos recursos especial e extraordinário	634
6.2. Cabimento dos recursos especial e extraordinário	655
6.2.1. Juízo de admissibilidade <i>versus</i> juízo de mérito	655
6.2.2. Recurso especial	656
6.2.2.1. Análise das hipóteses de cabimento	657
6.2.3. Recurso extraordinário	670
6.2.3.1. Análise das hipóteses de cabimento	673
6.3. Regras de interposição e processamento	685
6.3.1. Particularmente, o efeito suspensivo: requerimento e competência	689
6.3.2. Exame da admissibilidade dos recursos e desdobramentos (art. 1.030)	690

6.4.	Repercussão geral	700
6.5.	Recursos especial e extraordinário repetitivos e a técnica de julgamento por amostragem	712
6.5.1.	Sobrestamento e requerimento de distinção do regime de repetitivos	715
6.5.2.	Demais questões procedimentais	720
Parte 7 – Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário		729
7.1.	Notas de introdução: as transformações do recurso contra a inadmissão dos recursos especial e/ou extraordinário	729
7.2.	A redação original do CPC/2015 e novo desenho do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário trazido pela Lei 13.256/2016	731
7.3.	Prazo e regras de processamento	734
Parte 8 – Embargos de Divergência em Recurso Especial e Extraordinário		743
8.1.	Hipóteses de cabimento	744
8.2.	Demonstração da divergência, procedimento e julgamento	752
8.2.1.	Demonstração da divergência	752
8.2.2.	Prazo para interposição e resposta	754
8.2.3.	Preparo recursal	754
8.2.4.	Procedimento e julgamento	755
8.2.5.	Recurso cabível da decisão monocrática que inadmitir os embargos de divergência	756
8.3.	Casos emblemáticos no Superior Tribunal de Justiça – para melhor elucidação das regras dos embargos de divergência	777
Anexo		783
1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre recursos	784
2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre recursos	786
3.	Enunciados da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – temática: recursos e assuntos correlatos	788
4.	Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre recursos e processos nos tribunais	789
5.	Enunciados da I Jornada de Processo Civil do Conselho da Justiça Federal sobre recursos e processos nos tribunais (Brasília/DF, 24 e 25 de agosto de 2017)	798
6.	Enunciados da II Jornada de Processo Civil do Conselho da Justiça Federal sobre recursos e processos nos tribunais (Brasília/DF, 13 e 14 de setembro de 2018)	801
Referências		803